



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

CADERNO DE QUESTÕES - INSTRUÇÕES GERAIS

- 1) Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da prova objetiva seletiva.
- 2) O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva seletiva para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas no edital, no caderno de provas e no cartão de respostas. Em hipótese alguma, haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.
- 3) Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com estas instruções, tais como mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente, ainda que inteligíveis.
- 4) Será anulada a prova objetiva seletiva do candidato que não devolver a seu cartão de respostas.
- 5) A folha de respostas da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato. **Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à redação dos textos definitivos acarretará a anulação da Prova Discursiva do candidato que tenha incorrido na violação a essa norma.**
- 6) A folha de respostas para transcrição dos textos definitivos será o único documento válido para avaliação da Prova Discursiva e não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
- 7) O candidato somente poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES uma hora antes do final da prova.
- 8) Será excluído do Processo Seletivo, por ato do (a) Presidente da Banca, o candidato que, durante a realização da prova:
 - I - for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou por qualquer outra forma, com outro candidato ou pessoa estranha;
 - II- utilizar-se de anotações, livros ou impressos;
 - II - utilizar-se de sinais ou de quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem sua identificação;
 - IV - utilizar-se de qualquer meio de comunicação externo;
 - V - usar corretivo de qualquer espécie, inclusive borracha, fita ou tinta;
 - VI -deixar de entregar o caderno de respostas da prova discursiva;
 - VII - comportar-se de modo a perturbar a ordem dos trabalhos ou a realização das provas pelos demais candidatos;
 - VIII - faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou da organização do exame, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
 - IX - retirar-se do recinto das provas sem a devida autorização ou acompanhamento de fiscal;
 - X - não observar quaisquer das demais normas do edital.
- 9) Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no recinto até que o último candidato termine sua prova, a fim de que todos assinem a ata para atestar a idoneidade da finalização da prova.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

Nome completo:

Documento de Identidade:

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Em janeiro de 2024, o Estado do Amazonas aprovou lei complementar instituindo o Estatuto dos Profissionais da Educação, prevendo, em um de seus dispositivos, que todos os professores teriam direito ao auxílio-condução. Em janeiro de 2025, foi editada lei ordinária restringindo o benefício bem como excluindo algumas categorias de servidores, revogando parcialmente a lei complementar. Nesse sentido, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A lei ordinária é inconstitucional, considerando que a lei complementar não poderia ter sido revogada por uma lei ordinária, ainda que não haja relação hierárquica entre os dispositivos, diante da sistemática prevista na Constituição Federal para legislar sobre servidores públicos.
- b) A lei ordinária é inconstitucional, considerando a relação hierárquica superior da lei complementar, bem como diante da sistemática prevista na Constituição Federal para legislar sobre servidores públicos.
- c) A lei ordinária é constitucional, posto que é possível a revogação ou alteração por lei ordinária de benefício instituído a servidor público por lei complementar materialmente ordinária, observado o princípio da simetria.
- d) A lei ordinária é formalmente constitucional e materialmente

inconstitucional, considerando que há direito adquirido a regime jurídico, notadamente à forma de composição da remuneração de servidores públicos.

- e) A lei ordinária é materialmente constitucional e formalmente inconstitucional, já que a ampliação indevida da reserva de lei complementar restringe o arranjo democrático-representativo desenhado pela Constituição Federal, criando óbices procedimentais não previstos constitucionalmente.

2. No Tema 1.031 (RE 1.017.365/SC), o Supremo Tribunal Federal decidiu que o reconhecimento do direito às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas não se sujeita ao critério do marco temporal, adotando, em contraposição, a teoria do Indigenato. Com base no julgamento do STF e no teor da Constituição da República de 1988 a respeito dos povos indígenas, analise os itens a seguir:

I. Os povos indígenas possuem capacidade civil e postulatória, sendo partes legítimas nos processos em que discutidos seus interesses, sem prejuízo, nos termos da lei, da legitimidade concorrente da FUNAI e da intervenção do Ministério Público como fiscal da lei.

II. A posse tradicional indígena é distinta da posse civil, pois tutela atributos imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à reprodução física e cultural da comunidade indígena.

III. As terras de ocupação indígena são de propriedade permanente da comunidade.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

IV. Cabe aos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos das terras indígenas.

Estão corretos os itens:

- a) I e IV, somente.
- b) I e III, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I, II e IV, somente.
- e) I, II, III e IV.

3. Em 15 de janeiro de 2026, o Estado do Amazonas editou lei ordinária que elevou os subsídios dos servidores públicos do Poder Executivo. Ocorre que, em 11 de fevereiro de 2026, o Governador do Estado editou o Decreto suspendendo a execução

dos efeitos financeiros da lei ordinária, diante da grave crise financeira que o Estado enfrentava no período, com relevante déficit orçamentário. O Governador apresentou as seguintes justificativas para a edição do decreto: a Lei Ordinária não observou o disposto no art. 169, §1º, da Constituição Federal, que exige prévia dotação orçamentária para aumentos de despesa com pessoal; o aumento da despesa provocado não se fez acompanhar dos necessários estudos pertinentes à origem dos recursos de custeio e ao impacto orçamentário-financeiro, violando os arts. 16, inciso I, 17, §1º e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal; em 2025 o Estado já havia alcançado 52% da Receita Corrente Líquida com despesa permanente de pessoal, conforme Relatório de Gestão Fiscal, razão pela qual permanecia vedado o incremento desse tipo de despesa. Nesse sentido, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

a) o Chefe do Executivo deve suspender a aplicação da lei que entende inconstitucional e, em seguida, promover o ajuizamento da respectiva ação de controle concentrado, sob pena de restringir a competência do Poder

Judiciário para análise definitiva da questão.

b) O Chefe do Poder Executivo pode expedir decreto destinado a paralisar a eficácia de ato normativo, ainda que não promova o ajuizamento da respectiva ação de controle concentrado.

c) A declaração de inconstitucionalidade da Lei Ordinária supre a análise de constitucionalidade do Decreto, posto que é possível paralisar, desde que temporariamente, a eficácia de norma hierarquicamente superior.

d) É inconstitucional a suspensão dos efeitos financeiros de lei estadual mediante Decreto do Governador, podendo o Supremo Tribunal Federal modular os efeitos da decisão para não invalidar atos já praticados com base no decreto.

e) É constitucional a suspensão dos efeitos financeiros de lei estadual mediante Decreto do Governador no caso do reajuste não ter se incorporado ao patrimônio jurídico dos servidores, posto que não há direito adquirido.

4. A respeito do controle abstrato de constitucionalidade, pelo Tribunal de Justiça, de leis e atos normativos estaduais e municipais em face da Constituição da República, assinale a alternativa correta com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual.

b) Cabe à União instituir representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

c) Não cabe aos tribunais de justiça estaduais exercerem o controle de constitucionalidade de leis e demais atos normativos municipais em face da Constituição Federal, sem exceção.

d) Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos estados.

e) Compete privativamente aos Tribunais de Justiça dos Estados, processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos federais, estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.

5. O art. 18 da Constituição da República de 1988 estabelece que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos dotados de autonomia. Contudo, o art. 35 prevê hipóteses excepcionais em que os Estados podem intervir em seus Municípios. A respeito da intervenção estadual, considerando o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

a) É desnecessária a reprodução expressa do rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis previstos no art. 34 da Constituição Federal nas constituições estaduais para se viabilizar a intervenção do estado em seus municípios, pois se trata de norma de observância obrigatória pelos estados-membros.

b) A Constituição Estadual pode ampliar as hipóteses previstas no art. 35 da Constituição Federal, mas não pode restringir.

c) A Constituição Estadual pode ampliar ou restringir as hipóteses previstas no art. 35 da Constituição Federal.

d) O sistema constitucional brasileiro não adota o critério da simetria dos modelos federal e estadual no que tange à adoção obrigatória dos princípios constitucionais sensíveis, sendo necessária a reprodução expressa do rol previsto no art. 34 da Constituição Federal nas constituições estaduais.

e) O Estado pode intervir em Município situado na unidade federativa no primeiro ano que a dívida fundada deixar de ser paga, desde que decorrente de força maior.

6. Considerando o tema da competência legislativa e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os itens a seguir:

I. É inconstitucional, por violar competência legislativa privativa da União, lei estadual que obriga a Fazenda Pública a antecipar o pagamento das despesas com diligências dos oficiais de justiça.

II. A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

III. É inconstitucional lei estadual que proíba a apreensão e remoção de veículos por falta de pagamento de tributos, por violar a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.

IV. É inconstitucional lei estadual que concede desconto sobre honorários de sucumbência devidos em ações tributárias e execuções fiscais ajuizadas, ao violar a competência privativa da União para legislar sobre direito processual.

Estão corretos os itens:

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III, somente.

c) I, III e IV, somente.

d) I e III, somente.

e) III e IV, somente.



**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

7. “A norma jurídica resulta da conjugação do programa normativo com o âmbito normativo. O programa normativo consiste nas possibilidades de sentido do texto, estabelecidas de acordo com os recursos tradicionais da interpretação jurídica. Já o âmbito normativo se identifica com a parcela da realidade social dentro da qual se coloca o problema a resolver, de onde o intérprete extrairá os componentes fáticos e axiológicos que irão influenciar sua decisão. Este é o espaço da argumentação tópica, da busca da melhor solução para o caso concreto, tendo como limite as possibilidades contidas no programa normativo. Esse modelo metodológico procura harmonizar o pensamento tópico-problemático com o primado da norma” (Barroso, Luís Roberto Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo – 6. ed., 2017). Assinale a alternativa que indica o método de interpretação constitucional correspondente ao trecho transcrito:

- a) hermenêutico clássico de Savigny.
- b) normativo-estruturante de Friedrich Muller.
- c) tópico-problemático de Theodor Viehweg.
- d) hermenêutico-concretizador de Konrad Hesse.
- e) científico-espiritual de Rudolf Smend.

8. Em relação à teoria da aplicabilidade das normas constitucionais desenvolvida por José Afonso da Silva, que as classifica em normas de eficácia plena, contida e limitada, assinale a alternativa correta.

- a) As normas de eficácia limitada são aquelas que, apenas com o texto constitucional, são capazes de produzir todos os seus efeitos, de forma imediata e integral.
- b) As normas de eficácia plena são capazes de produzir todos os seus efeitos desde sua entrada em vigor, mas que podem ser restringidas no futuro.
- c) As normas de eficácia limitada têm aplicabilidade mediata, já que não estão aptas a produzir efeitos imediatamente,

sendo sua eficácia plena obtida em momento posterior.

d) As normas constitucionais de eficácia limitada não revogam disposições anteriores nem tem o poder de impedir a edição posterior de normas infraconstitucionais em sentido contrário.

e) O art. 5º, inciso III, da Constituição da República de 1988, ao estabelecer que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, é um exemplo de norma de eficácia contida.

9. Com base nos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

a) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

b) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, além do registro no órgão competente, facultada ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

c) É possível fixar prazos diversos de licença-adotante em função da idade da criança adotada.

d) A participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação não está expressamente assegurada no texto constitucional.

e) A trabalhadora gestante que ocupa cargo em comissão na Administração Pública não tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

10. O art. 132 da Constituição da República de 1988 estabelece que os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. Com base no modelo constitucional da Advocacia Pública e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A Constituição atribuiu aos Procuradores dos Estados e do DF exclusividade no exercício da atividade jurídica contenciosa e consultiva não apenas dos órgãos, mas também das entidades que compõem a administração pública autárquica e fundacional.
- b) É constitucional a criação de cargos jurídicos fora da estrutura da Procuradoria do Estado, com funções e atribuições de representação judicial, consultoria ou assessoramento jurídico de autarquias e fundações públicas estaduais.
- c) É inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que cria o cargo de procurador autárquico em estrutura paralela à Procuradoria do Estado.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconhece o princípio da unicidade da representação judicial dos Estados e do Distrito Federal, de modo que cabe somente à respectiva Procuradoria-Geral de cada unidade federativa o desempenho exclusivo de sua representação judicial.
- e) A competência da Procuradoria-Geral do Estado não engloba a atividade de representação judicial das empresas públicas e sociedades de economia mista.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. O Estado Alfa instaurou processo administrativo sancionador contra a empresa Beta em razão de suposta infração administrativa. Após a apresentação da defesa,

o processo ficou paralisado por mais de cinco anos, sem movimentação ou julgamento. A empresa requereu a extinção do processo, sob o fundamento da consumação da prescrição intercorrente, com esteio no Decreto nº 20.910/1932 (Regula a prescrição quinquenal), considerando inexistir lei estadual prevendo a prescrição intercorrente para processos administrativos sancionadores no Estado Alfa.

À luz do entendimento jurisprudencial aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) o pedido deve ser acolhido, mas não com fundamento no Decreto nº 20.910/1932, mas com base na Lei nº 9.873/1999 (Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências), que tem caráter nacional e se aplica obrigatoriamente à União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- b) o pedido deve ser acolhido, pois todo processo administrativo paralisado por mais de três anos deve ser automaticamente extinto, ainda que inexistir lei local;
- c) o pedido deve ser rejeitado, pois a prescrição intercorrente prevista na Lei nº 9.873/1999 é aplicável apenas à União e o Decreto n. 20.910/1932 não dispõe sobre prescrição intercorrente, não podendo ser empregado por analogia aos processos administrativos estaduais;
- d) o pedido deve ser acolhido com base no Decreto nº 20.910/1932, que disciplina expressamente a prescrição intercorrente quinquenal em processos administrativos estaduais;
- e) o pedido deve ser rejeitado apenas porque a empresa apresentou defesa, ato que impede definitivamente a ocorrência de qualquer espécie de prescrição administrativa.

12. O Estado Alfa celebrou contrato administrativo com a empresa Limpa Tudo Ltda. para prestação de serviços continuados



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

de limpeza em prédios públicos. Após o encerramento do contrato, uma empregada terceirizada ajuizou reclamação trabalhista alegando não ter recebido verbas rescisórias da empresa contratada.

Na ação, a trabalhadora pediu a condenação subsidiária do Estado Alfa, sustentando apenas que caberia ao ente público comprovar que fiscalizou corretamente o contrato.

À luz do entendimento jurisprudencial aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) O Estado Alfa deve responder subsidiariamente, pois o mero inadimplemento das verbas trabalhistas pela empresa terceirizada transfere automaticamente a responsabilidade à Administração Pública;
- b) O Estado Alfa deve responder subsidiariamente, pois, em contratos de terceirização, presume-se a culpa da Administração sempre que houver débito trabalhista da contratada;
- c) A responsabilidade do Estado Alfa independe de prova de culpa, bastando que a trabalhadora tenha prestado serviços em prédio público;
- d) O Estado Alfa responde solidariamente com a empresa terceirizada, pois ambas se beneficiaram diretamente da força de trabalho da empregada;
- e) O Estado Alfa terá responsabilidade subsidiária se a parte autora demonstrar que comunicou formal e previamente a Administração sobre o inadimplemento e esta restou inerte.

13. Durante a execução de contrato administrativo regido pela Lei nº 14.133/2021, a empresa Alfa, contratada para prestação de serviço contínuo, apresentou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro alegando aumento expressivo de determinado insumo essencial à execução contratual, não relacionado à alteração unilateral do contrato pela Administração, fato do príncipe ou fato da Administração.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) O pedido deve ser deferido, pois todo aumento relevante de custo durante a execução contratual gera direito automático ao reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) O pedido deve ser indeferido, caso o aumento decorra de risco expressamente alocado à contratada, não sendo cabível transferir à Administração ônus contratualmente assumido pela empresa;
- c) O pedido deve ser deferido, pois, ainda que o aumento decorra de situação descrita na matriz de riscos, isso não pode limitar o direito constitucional da contratada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- d) O pedido deve ser deferido parcialmente, pois a Administração deve sempre dividir com a contratada os prejuízos decorrentes de variações de mercado;
- e) O pedido deve ser indeferido apenas se ficar comprovada culpa da contratada pelo aumento do custo do insumo.

14. João das Neves, candidato aprovado dentro do número de vagas em concurso público, inscreveu-se para concorrer às vagas reservadas a candidatos negros, autodeclarando-se pardo. O edital previa procedimento de heteroidentificação, com comissão própria, possibilidade de recurso e observância do contraditório.

Na avaliação, a comissão concluiu, de forma fundamentada, que João não apresentava características socialmente identificáveis como próprias de pessoa negra, preta ou parda, razão pela qual não homologou sua autodeclaração para fins de concorrência às vagas reservadas. Em recurso administrativo, João alegou possuir ascendentes negros e juntou exame genético indicando ancestralidade africana parcial, sustentando que sua ascendência genética deveria ser suficiente para assegurar sua permanência nas cotas raciais.



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

À luz do entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

a) A exclusão é ilegítima, pois a autodeclaração racial possui presunção absoluta de veracidade, não podendo ser revista por comissão de heteroidentificação;

b) A exclusão é ilegítima, pois a comprovação de ancestralidade por exame genético prevalece sobre a avaliação fenotípica realizada pela comissão;

c) A exclusão é legítima, desde que observados o edital, a dignidade da pessoa humana, o contraditório e a ampla defesa, pois a política de cotas raciais considera a discriminação social associada ao fenótipo, não bastando a ancestralidade genética isolada;

d) A exclusão é ilegítima, pois somente decisão judicial, e não comissão administrativa, poderia afastar candidato autodeclarado preto ou pardo das vagas reservadas;

e) A exclusão é legítima quando a comissão rejeita a autodeclaração, ainda que não haja fundamentação, contraditório ou possibilidade de recurso.

15. A empresa pública Alfa, sujeita ao regime da Lei nº 13.303/2016, celebrou contrato administrativo com a empresa Beta para fornecimento de equipamentos de informática, no quantitativo de 1.000 (mil) unidades.

Durante a execução contratual, a Diretoria da empresa pública verificou a necessidade de ampliar o quantitativo originalmente contratado. Dessa feita, Alfa expediu ato unilateral determinando que a contratada fornecesse mais 250 (duzentos e cinquenta) unidades, nas mesmas condições contratuais, independentemente de concordância da empresa Beta.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) A conduta é lícita, pois a Administração Pública pode alterar unilateralmente qualquer

contrato administrativo, desde que respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento);

b) A conduta é lícita, porque o acréscimo quantitativo de até 25% (vinte e cinco por cento) constitui prerrogativa obrigatória da empresa pública contratante, ainda que submetida à Lei das Estatais;

c) A conduta é ilícita apenas se houver aumento do valor global do contrato sem prévia dotação orçamentária, pois o limite de 25% (vinte e cinco por cento) autoriza a alteração unilateral;

d) A conduta é ilícita, pois, nos contratos das empresas públicas regidos pela Lei nº 13.303/2016, a alteração contratual deve ocorrer por acordo entre as partes, não sendo admitida a imposição unilateral do acréscimo quantitativo;

e) A conduta é lícita se demonstrada a vantajosidade econômica da alteração, pois o interesse público prevalece sobre a vontade da contratada.

16. Em fevereiro de 2026, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra policiais militares que, no exercício da função, praticaram tortura contra pessoa detida sob custódia estatal. Sustentou que a conduta violou os princípios da Administração Pública, especialmente a moralidade, a legalidade, a dignidade da pessoa humana e a lealdade institucional, razão pela qual tais condutas deveriam ser enquadradas no art. 11 da Lei nº 8.429/1992.

À luz da atual redação da Lei de Improbidade Administrativa e do entendimento do STJ, assinale a alternativa correta.

a) A conduta não configura, por si só, ato de improbidade administrativa após a Lei nº 14.230/2021, pois o rol do art. 11 passou a ser taxativo e a tortura não está prevista entre suas hipóteses;

b) A conduta configura ato de improbidade administrativa, pois a violação grave à moralidade administrativa continua sendo



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

suficiente para incidência do art. 11 da Lei nº 8.429/1992;

c) A conduta configura ato de improbidade por enriquecimento ilícito, ainda que os policiais não tenham obtido vantagem patrimonial indevida, pois a gravidade do fato supre esse requisito;

d) A conduta configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, pois a violação de direitos fundamentais por agente público presume dano patrimonial ao Estado;

e) A conduta configura ato de improbidade administrativa porque a independência entre as instâncias penal, civil e administrativa impede que a Lei nº 14.230/2021 restrinja a atuação do Ministério Público.

17. O Secretário de Administração de determinado Estado, diante do aumento do volume de processos internos, pretende delegar ao Diretor-Geral da pasta a competência para editar instruções normativas destinadas a regulamentar os procedimentos de contratação direta no âmbito da Secretaria. A delegação seria formalizada por portaria, com publicação no diário oficial, sob o argumento de que a medida traria maior eficiência administrativa.

À luz da Lei de Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.

a) A delegação é válida, pois a competência administrativa pode ser delegada quando preenchidos os requisitos legais de conveniência e oportunidade administrativas;

b) A delegação é inválida, pois a edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação;

c) A delegação é válida, desde que o Diretor-Geral seja hierarquicamente subordinado ao Secretário e o ato de delegação seja publicado oficialmente;

d) A delegação é inválida apenas se a instrução normativa tratar de matéria de competência exclusiva do Governador;

e) A delegação é válida, pois a vedação legal se aplica apenas à decisão de recursos administrativos, não alcançando atos normativos internos.

18. João Pardal, ao utilizar determinado serviço público digital, autorizou expressamente o fornecimento de dados pessoais para fins de cadastro em programa facultativo de comunicação institucional. Posteriormente, revogou o consentimento e requereu ao órgão público a eliminação dos dados pessoais fornecidos, alegando que não havia obrigação legal que justificasse sua manutenção.

À luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, assinale a alternativa correta.

a) O pedido deve ser rejeitado, pois dados coletados pelo Poder Público não podem ser eliminados;

b) O pedido deve ser acolhido, pois é vedada a conservação dos dados pelo Poder Público sempre que posteriormente haja a revogação formal do consentimento;

c) O pedido somente poderia ser acolhido se os dados fossem sensíveis, pois a LGPD não assegura direito de eliminação em relação a dados pessoais comuns;

d) O pedido deve ser rejeitado, pois a revogação do consentimento é ineficaz perante a Administração Pública;

e) O pedido deve ser acolhido, em regra, pois o titular tem direito à eliminação dos dados pessoais tratados com base em seu consentimento, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.

19. Considere que a Administração Pública concedeu uma licença para o funcionamento de uma atividade comercial em determinada zona urbana. Meses depois, uma nova lei de zoneamento municipal entra em vigor, proibindo terminantemente aquela atividade na localidade específica, tornando juridicamente inviável a manutenção do ato



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

administrativo anterior. Nesse cenário, a extinção da referida licença opera-se por:

- a) Caducidade;
- b) Anulação;
- c) Revogação;
- d) Contraposição;
- e) Cassação.

20. A Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas consolidou, por meio de sucessivos pareceres aprovados pelo Procurador-Geral, o entendimento de que os servidores integrantes de certa carreira faziam jus a uma gratificação quando comprovado o exercício de determinadas atribuições especiais. Essa orientação foi aplicada uniformemente, durante vários anos, a todos os servidores que apresentaram requerimentos acompanhados da documentação exigida.

Posteriormente, uma nova servidora, em situação idêntica à dos beneficiários anteriores, formulou o mesmo pedido. A Procuradoria, sem revogar formalmente a orientação anterior, sem demonstrar qualquer alteração legislativa ou fática e sem apresentar justificativa específica de superação do seu entendimento, opinou pelo indeferimento do requerimento.

Nessa situação, a atuação da Procuradoria viola principalmente a:

- a) teoria dos motivos determinantes;
- b) teoria do fato do príncipe;
- c) teoria do órgão;
- d) teoria das autolimitações administrativas;
- e) teoria da encampação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre os princípios fundamentais do processo civil previstos no CPC/2015, assinale a alternativa correta:

a) O princípio do contraditório se esgota na garantia de ser ouvido antes da decisão, não importando, para sua efetivação, a consideração efetiva dos argumentos das partes.

b) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, desde que se trate de matéria de ordem pública.

c) O princípio da cooperação impõe deveres apenas às partes, não alcançando o juiz, que permanece em posição de distância e imparcialidade.

d) O juiz deve zelar pelo efetivo contraditório, sendo-lhe vedado decidir com base em fundamento sobre o qual não tenha sido oportunizada manifestação das partes, ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício.

e) O princípio da boa-fé processual se aplica somente às partes, não incidindo sobre terceiros intervenientes nem sobre os auxiliares da justiça.

22. Acerca dos prazos processuais no CPC/2015, é correto afirmar:

a) Os prazos processuais são contados em dias corridos, incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

b) Os prazos processuais são contados em dias úteis, incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

c) Os prazos processuais são contados em dias úteis, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, sendo suspensos nos dias em que não houver expediente forense.

d) Os prazos processuais são contados em dias corridos, excluindo o dia da intimação e incluindo o dia do vencimento, salvo quando este cair em feriado.

e) Os prazos processuais são contados em dias úteis somente quando expressamente determinado pelo juiz, sendo a regra geral a contagem em dias corridos.

23. Em relação à citação no CPC/2015, assinale a alternativa correta:



**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- a) A citação é o ato pelo qual o requerido é convocado a integrar a relação processual, sendo que sua ausência implica nulidade absoluta do processo, salvo quando o réu comparecer espontaneamente.
- b) A citação pelo correio é a modalidade preferencial prevista no CPC, podendo ser realizada em qualquer hipótese, inclusive nas ações de estado e quando o réu for pessoa jurídica de direito público.
- c) O réu citado que não contestar o pedido no prazo legal terá decretada contra si, automaticamente, a procedência do pedido formulado pelo autor.
- d) A citação por edital é a modalidade preferencial quando o réu for pessoa jurídica, por ser considerada mais célere.
- e) A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, mas somente produz efeitos a partir da data em que o réu efetivamente contestar o pedido.

24. Sobre a sentença e a coisa julgada no CPC/2015, é correto afirmar:

- a) A coisa julgada formal impede o autor de repropor a ação com a mesma causa de pedir e pedido.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, o credor poderá promover o cumprimento de sentença, sendo necessária a propositura de nova ação de execução autônoma para tanto.
- c) A sentença deve conter relatório, fundamentação e dispositivo, sendo nula por falta de fundamentação aquela em que o juiz simplesmente reproduz ato normativo sem indicar sua relação com a questão decidida.
- d) A coisa julgada material se forma tanto nas sentenças que resolvem o mérito quanto nas que extinguem o processo sem resolução do mérito, pois em ambos os casos há definitividade da decisão.
- e) O juiz pode, depois de publicada a sentença, alterá-la de ofício para corrigir erro de julgamento que entenda relevante, independentemente de provocação das partes.

25. Em relação ao agravo de instrumento no CPC/2015, assinale a alternativa correta:

- a) O agravo de instrumento é cabível contra qualquer decisão interlocutória proferida no curso do processo, por força do princípio da ampla recorribilidade das decisões judiciais.
- b) As decisões interlocutórias não impugnáveis por agravo de instrumento são irrecuráveis, precluindo definitivamente, não podendo ser questionadas em nenhum momento posterior do processo.
- c) O prazo para interposição do agravo de instrumento é de 15 dias corridos, contados da publicação da decisão agravada no Diário Oficial.
- d) O agravo de instrumento somente pode ser interposto com a juntada de todas as peças obrigatórias e facultativas indicadas pelo agravante, ainda que os autos sejam eletrônicos, sob pena de não conhecimento imediato pelo tribunal.
- e) O agravo de instrumento é cabível contra as decisões interlocutórias elencadas no art. 1.015 do CPC, sendo que esse rol é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição do agravo de instrumento também quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

26. Sobre os deveres das partes e dos procuradores no CPC/2015, assinale a alternativa correta:

- a) Para condenação em litigância de má-fé, não se exige configuração de dolo processual.
- b) Considera-se litigante de má-fé, entre outras hipóteses, aquele que deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso, ou que alterar a verdade dos fatos.
- c) O advogado responde pessoalmente pelas multas decorrentes de litigância de má-fé impostas a seu cliente, salvo se demonstrar que agiu por instrução expressa deste.
- d) A multa por litigância de má-fé é fixada pelo juiz em valor não superior a 5% do valor da causa e somente pode ser aplicada ao final do processo, após o trânsito em julgado.



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

e) O dever de lealdade processual se aplica apenas às partes, não alcançando os terceiros intervenientes, os peritos e os auxiliares da justiça.

27. Sobre o recurso de apelação no CPC/2015, é correto afirmar:

a) O efeito devolutivo da apelação é restrito aos fundamentos de fato e de direito que o apelante expressamente indicou nas razões recursais, sendo vedado ao tribunal examinar fundamentos não invocados.

b) O tribunal, ao julgar a apelação, pode apreciar fundamentos do pedido ou da defesa que não tenham sido examinados pelo juízo de primeiro grau, desde que relativos ao capítulo impugnado, em razão do efeito translativo.

c) A apelação interposta contra sentença que indefere a petição inicial é recebida apenas no efeito devolutivo, podendo o juiz se retratar de sua decisão no prazo de 15 dias.

d) Nas hipóteses de improcedência liminar do pedido, não cabe apelação, sendo o meio de impugnação adequado o agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória de mérito.

e) O tribunal está impedido de julgar o mérito do processo quando o juízo de primeiro grau extinguiu o feito sem resolução do mérito.

28. Em relação ao incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), assinale a alternativa correta:

a) O IRDR pressupõe a pendência de ao menos 100 causas tratando de idêntica questão de direito, como condição de admissibilidade fixada pelo CPC.

b) A efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica são critérios alternativos, podendo ser instaurado o IRDR quando presente um deles, ainda que ausente o outro.

c) O julgamento do IRDR no tribunal de segundo grau é definitivo, não cabendo recurso especial ou extraordinário contra o acórdão que

fixou a tese, pois o incidente esgota a jurisdição na matéria.

d) A tese jurídica firmada no julgamento do IRDR, por ser julgada por Tribunal, não é aplicada aos processos que tramitem perante os Juizados Especiais do respectivo Estado ou região.

e) Admitido o IRDR, o relator suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso, e poderá requisitar informações a órgãos em cujo juízo tramita processo no qual se discute o objeto do incidente.

29. Sobre os embargos de declaração, é correto afirmar conforme o CPC/2015:

a) Os embargos de declaração têm caráter meramente integrativo e não interrompem o prazo para outros recursos, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo automático.

b) Os embargos de declaração somente são cabíveis quando a decisão contiver omissão, obscuridade ou contradição, sendo inadmissíveis para corrigir erro material.

c) Os embargos de declaração opostos com manifesto intuito protelatório sujeitam o embargante a multa apenas em caso de reiteração, hipótese em que a multa pode chegar a 20% sobre o valor atualizado da causa.

d) O prazo para oposição dos Embargos de Declaração é de 15 dias úteis.

e) Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.

30. No âmbito do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, é correto afirmar:

a) A Fazenda Pública não se sujeita ao regime de precatórios quando a dívida for de natureza alimentar, independentemente de seu valor, hipótese em que o pagamento deve ser efetuado diretamente ao credor em até 60 dias.

b) O cumprimento provisório contra a Fazenda Pública não é admitido em nenhuma hipótese.

c) Apresentado o cumprimento de sentença pelo requerente e não havendo pagamento do



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

valor da condenação no prazo de 15 dias contatos da intimação para tanto, a Fazenda Pública fica sujeita ao pagamento de multa de 10%.

d) A impugnação da Fazenda Pública ao cumprimento de sentença não se sujeita à garantia do juízo, devendo ser apresentada no prazo de 30 dias úteis, contados da intimação para apresentá-la.

e) O regime de requisição de pequeno valor (RPV) admite o fracionamento do valor da execução em parcelas para enquadramento no limite da RPV, desde que cada parcela não supere o teto estabelecido para a respectiva entidade devedora.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. De acordo com o Código Tributário Nacional, acerca do instituto do lançamento por homologação, é CORRETO afirmar que:

(A) O prazo para homologação tácita é de cinco anos, contados da data do fato gerador, podendo ser prorrogado por igual período mediante ato motivado da autoridade fiscal.

(B) A homologação tácita tem por consequência a extinção definitiva do crédito tributário correspondente aos valores recolhidos pelo contribuinte.

(C) O prazo para homologação tácita é de dez anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador.

(D) Em havendo dolo, fraude ou simulação do contribuinte, o prazo de homologação tácita é suspenso automaticamente e passa a ser de dez anos, nos termos do próprio CTN.

(E) A homologação tácita produz efeitos apenas para os tributos de competência da União, não alcançando os tributos estaduais e municipais sujeitos a lançamento por homologação.

32. Com relação ao tratamento conferido pela Emenda Constitucional n.º 132/2023 à Zona Franca de Manaus, é CORRETO afirmar que:

(A) A EC n.º 132/2023 revogou expressamente o art. 40 do ADCT, extinguindo os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus a partir de 2027, início da vigência plena do IBS e da CBS.

(B) A EC n.º 132/2023 previu que o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero para todos os produtos, exceto em relação aos produtos que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus.

(C) As empresas instaladas na Zona Franca de Manaus ficam proibidas de acumular os benefícios do regime ZFM com os benefícios do IBS, sendo obrigadas a optar por um dos dois regimes tributários a partir do início do período de transição.

(D) O Fundo de Desenvolvimento Regional, criado pela EC n.º 132/2023, substituirá integralmente os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus ao final do período de transição, compensando financeiramente os contribuintes pela extinção dos benefícios.

(E) A EC n.º 132/2023 transferiu ao Comitê Gestor do IBS a competência para regulamentar os benefícios fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus.

33. Sobre a responsabilidade pessoal dos administradores de pessoas jurídicas pelos créditos tributários, nos termos do art. 135 do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar que:

(A) O mero inadimplemento da obrigação tributária pela pessoa jurídica é suficiente para configurar a responsabilidade pessoal do sócio-gerente, prescindindo-se da demonstração de qualquer conduta ilícita.

(B) A responsabilidade prevista no art. 135 do CTN opera automaticamente quando a pessoa jurídica não possui bens suficientes para satisfazer o crédito tributário, independentemente da prática de ato ilícito.

(C) A dissolução irregular da sociedade empresária, presumida quando o devedor deixa de funcionar em seu domicílio fiscal sem comunicação aos órgãos competentes, é causa



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

que autoriza o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente, conforme a Súmula 435 do STJ.

(D) A responsabilidade prevista no art. 135 do CTN é de natureza objetiva, dispensando-se a comprovação de dolo ou de infração à lei, ao contrato social ou ao estatuto da sociedade.

(E) O sócio que não exerceu função de gerência ou administração da empresa no período em que ocorreu o fato gerador e o inadimplemento responde solidariamente pelo crédito tributário, por força da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

34. Sobre o ICMS — Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação —, de acordo com a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

(A) O ICMS é não cumulativo, compensando-se o imposto devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.

(B) A imunidade ou isenção de ICMS concedida ao adquirente de uma mercadoria implica, necessariamente, a isenção do vendedor dessa mesma mercadoria, em razão do princípio da não cumulatividade.

(C) A concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais de ICMS exige deliberação dos Estados e do Distrito Federal, mediante convênio celebrado no âmbito do CONFAZ.

(D) O ICMS incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.

(E) Nas operações interestaduais com bens e serviços destinados ao consumidor final não contribuinte do imposto, caberá ao Estado destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, nos termos da EC n.º 87/2015.

35. Sobre o fato gerador da obrigação tributária, de acordo com o Código

Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

(A) A validade jurídica dos atos efetivamente praticados é condição essencial para a incidência tributária, de modo que atos nulos não podem constituir fatos geradores de obrigações tributárias.

(B) Os princípios gerais de direito privado são utilizados para a definição, o conteúdo e o alcance dos institutos jurídicos no âmbito tributário, inclusive para determinar os efeitos tributários dos atos praticados.

(C) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

(D) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias para que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

(E) A definição legal do fato gerador da obrigação tributária interpreta-se levando em conta os efeitos jurídicos dos atos efetivamente praticados, de modo que a forma jurídica prevalece sobre a substância econômica da operação.

36. Sobre os institutos da decadência e da prescrição no direito tributário, de acordo com o Código Tributário Nacional e com a Lei n.º 6.830/1980, é INCORRETO afirmar que:

(A) O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal constitui causa de suspensão da prescrição tributária, retroagindo seus efeitos à data do ajuizamento da ação.

(B) O prazo prescricional de cinco anos para o ajuizamento da execução fiscal conta-se da



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

data da constituição definitiva do crédito tributário.

(C) Em caso de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo, o prazo para a constituição do crédito tributário é de cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

(D) A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo prescreve em dois anos, contados da data da decisão administrativa denegatória.

(E) A prescrição se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal, conforme redação do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, com a alteração promovida pela Lei Complementar n.º 118/2005.

37. Sobre as competências tributárias previstas na Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

(A) Os Municípios possuem competência residual para instituir impostos não previstos na Constituição Federal, desde que não cumulativos e sem fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados.

(B) A competência tributária é indelegável, mas a capacidade tributária ativa — conjunto de funções de arrecadar e fiscalizar tributos — pode ser delegada a outra pessoa jurídica de direito público, nos termos do CTN.

(C) Os Estados podem instituir contribuições de intervenção no domínio econômico para financiar atividades de seu interesse, desde que o produto de sua arrecadação seja destinado ao desenvolvimento regional.

(D) A delegação de capacidade tributária ativa acarreta, automaticamente, a transferência de competência legislativa para a entidade delegatária, que poderá instituir e modificar o tributo no âmbito territorial de sua atuação.

(E) A competência tributária comum, relativa às taxas e contribuições de melhoria, pode ser exercida por qualquer ente federativo independentemente de quem presta o serviço público ou realiza a obra que fundamenta a exação.

38. Sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), de acordo com a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

(A) Compete ao Município em que estiver situado o bem imóvel transmitido instituir e arrecadar o ITCMD, cabendo ao Estado 50% do produto da arrecadação.

(B) O ITCMD incide sobre a transmissão onerosa de direitos reais sobre imóveis, com exceção da transmissão de direitos reais de garantia, sendo de competência dos Municípios.

(C) As alíquotas máximas do ITCMD são fixadas pelo Senado Federal por meio de resolução, sendo vedado aos Estados e ao Distrito Federal estabelecer alíquotas superiores ao limite assim fixado.

(D) Relativamente aos bens imóveis, o ITCMD compete ao Estado do domicílio do doador ou ao Distrito Federal; relativamente aos bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado da situação do bem.

(E) O ITCMD incide exclusivamente sobre a transmissão causa mortis, não alcançando as doações de bens imóveis, que estão sujeitas ao imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI) de competência municipal.

39. De acordo com o Código Tributário Nacional, sobre a interpretação e integração da legislação tributária, é CORRETO afirmar que:

(A) A analogia pode ser utilizada como meio de integração da legislação tributária para exigir tributo não previsto em lei, desde que haja manifesta equivalência econômica entre as situações comparadas.

(B) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

(C) A legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário deve ser interpretada ampliativamente, para abranger situações análogas não expressamente previstas em lei.

(D) A lei tributária que define infrações ou lhes comina penalidades deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato, à natureza da penalidade aplicável ou à autoria.

(E) Em caso de lacuna, a legislação tributária deve ser integrada, preferencialmente, pelos princípios gerais de direito público, sendo a analogia e os princípios gerais de direito tributário aplicados apenas subsidiariamente.

40. Sobre a restituição de tributos pagos indevidamente, nos termos do Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

(A) A restituição de tributos cujo encargo financeiro seja por lei transferido ao adquirente da mercadoria é devida ao contribuinte de direito, independentemente de prova de que arcou com o referido encargo.

(B) Quando a lei atribuir ao sujeito passivo a obrigação de repercutir o encargo tributário sobre terceiros, somente fará jus à restituição o contribuinte que provar ter assumido o encargo ou, caso o tenha transferido a terceiro, estiver por este expressamente autorizado a recebê-la.

(C) A ação de repetição de indébito tributário sujeita-se ao prazo prescricional de dois anos, contados da data do pagamento indevido, independentemente da modalidade de lançamento do tributo.

(D) O direito à restituição de tributo pago indevidamente está condicionado à prévia impugnação administrativa, sendo vedado ao contribuinte ajuizar a ação de repetição de indébito sem antes esgotar as vias administrativas.

(E) A restituição de tributo indevidamente recolhido por erro de direito é vedada, pois a lei considera definitivo o pagamento efetuado com base em interpretação equivocada da norma tributária aplicável.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

41. Sobre as nulidades no direito processual trabalhista, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, os princípios processuais e o entendimento dos Tribunais Superiores, está CORRETO o que se afirma apenas em:

I - As nulidades prescindem de prejuízo para serem declaradas.

II - A nulidade de algibeira poderá ser usada para beneficiar o hipossuficiente.

III - A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

42. Sobre as nulidades no direito processual trabalhista, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, os princípios processuais e o entendimento dos Tribunais Superiores, está CORRETO o que se afirma apenas em:

I - As nulidades prescindem de prejuízo para serem declaradas.

II - A nulidade de algibeira poderá ser usada para beneficiar o hipossuficiente.

III - A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

- f) I
- g) II
- h) III
- i) I e II
- j) I e III

43. Sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica na Justiça do Trabalho, aponte a alternativa CORRETA:

a) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que rejeitar o incidente na fase de cognição.

b) Se instaurado originariamente no tribunal, a decisão monocrática que acolher o incidente é insuscetível de recurso.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- c) Depende de garantia a interposição de agravo de petição na fase executória.
d) A instauração do incidente não suspende o processo, garantindo-se a concessão de tutela de urgência de natureza cautelar para garantia da prestação jurisdicional.
e) O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial

44. À luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre contratos envolvendo a Administração Pública, julgue os itens a seguir:

I. A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, é nula, assegurando-se ao trabalhador apenas o pagamento da contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e os valores referentes aos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

II. O inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora de serviços transfere automaticamente à Administração Pública tomadora a responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas devidas ao trabalhador terceirizado.

III. Reconhecida a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, essa responsabilidade abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) III, apenas.
d) I e III, apenas.
e) I, II e III.

45. À luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre processo do trabalho, recursos e Fazenda Pública, julgue os itens a seguir:

I. Na fase de execução, a admissibilidade do recurso de revista contra acórdão proferido em agravo de petição depende da demonstração inequívoca de violação direta e literal à Constituição Federal.

II. Em dissídio individual, a decisão contrária à Fazenda Pública sujeita-se, em regra, ao reexame necessário, observadas as hipóteses de dispensa previstas na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

III. O recurso dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho deve ser conhecido ainda que suas razões não impugnem os fundamentos da decisão recorrida, pois o efeito devolutivo amplo permite ao Tribunal reexaminar toda a matéria decidida na origem.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
b) II, apenas.
c) III, apenas.
d) I e II, apenas.
e) I, II e III.

LÍNGUA PORTUGUESA

46. Considere o trecho abaixo.

"O parecer jurídico foi encaminhado à autoridade competente, que, posteriormente, remeteu o processo à Procuradoria Especializada para análise da legalidade do procedimento licitatório."

Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está corretamente justificado, segundo a norma-padrão.

- A) Em ambos os casos ocorre a fusão da preposição exigida pelo verbo com o artigo definido feminino que antecede substantivos determinados.
B) Apenas na expressão "à autoridade competente" ocorre crase, pois "Procuradoria Especializada" é nome próprio e dispensa artigo.
C) O segundo emprego da crase é facultativo, por se tratar de órgão público.
D) Nenhum dos dois casos admite crase, porque o verbo "remeter" rege apenas objeto direto.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

E) A crase decorre exclusivamente da presença de locução adverbial feminina.

47. Leia o trecho.

"A maioria dos pareceres elaborados pela comissão _____ favorável à celebração do acordo, embora alguns procuradores _____ ressalvas quanto à sua legalidade."

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas.

- A) manifestaram-se — apresentou
- B) manifestou-se — apresentaram
- C) manifestou-se — apresentou
- D) manifestaram-se — apresentaram
- E) manifestou-se — apresentarão

48. Assinale a alternativa que está inteiramente de acordo com a norma-padrão quanto à regência verbal.

- A) O parecer visou à regularização do procedimento administrativo.
- B) Os procuradores assistiram o julgamento da ação direta.
- C) O Estado implicou o servidor pela irregularidade funcional.
- D) A comissão preferiu mais a contratação direta do que a licitação.
- E) O Procurador obedeceu as determinações do Tribunal de Contas.

49. Leia o trecho.

"O Procurador informou _____ Presidente da autarquia que encaminharia o processo _____ consultoria jurídica, comprometendo-se a fazê-lo imediatamente."

Assinale a alternativa que completa corretamente o período.

- A) a – à
- B) à – à
- C) à – a
- D) a – a
- E) à – para a

50. Assinale a alternativa em que a colocação do pronome oblíquo está **inteiramente de acordo com a norma-padrão**.

A) Encaminharei-lhe o parecer assim que concluir sua revisão.

B) Não pretende o Estado responsabilizar-se pelos prejuízos decorrentes do contrato.

C) Sempre esforçaram-se os procuradores para preservar a legalidade administrativa.

D) Se comunicou imediatamente à autoridade competente a existência da irregularidade.

E) O Procurador havia manifestado-se favoravelmente à celebração do acordo.

PROVA DISCURSIVA

1- DIREITO CONSTITUCIONAL

Disserte sobre a Cláusula de Reserva de Plenário, atendendo abordando os seguintes aspectos:

- a) Conceito e fundamento constitucional;
- b) A (im)possibilidade de decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte; e
- c) Exceções à Cláusula de Reserva de Plenário.

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

João, criança de 10 anos, filho único de Maria e Pedro, faleceu após ser atingido por veículo oficial pertencente ao Estado, conduzido por servidor público no exercício de suas atribuições. O motorista trafegava acima da velocidade compatível com a via e não adotou a cautela necessária ao se aproximar de faixa de pedestres. Constatou-se, contudo, que João atravessou a rua de maneira repentina, fora da faixa de pedestres e sem observar a aproximação do veículo, em momento de descuido dos seus pais.

Os pais ajuizaram ação indenizatória em face do Estado, pleiteando: (i) indenização por danos morais; e (ii) pensão mensal em razão do falecimento do filho menor, sustentando que pertencem a família de baixa renda.



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Na condição de residente jurídico da Procuradoria Geral do Estado, analise o caso e pondere junto ao seu Procurador-supervisor ou Procuradora-supervisora acerca das principais questões que envolvem o aludido processo, abordando:

a) há responsabilidade civil do Estado no caso? Examine a relevância da conduta da vítima e explique a distinção entre culpa exclusiva e culpa concorrente para fins de responsabilidade estatal.

b) reconhecida a culpa concorrente, quais são seus efeitos sobre a indenização devida pelos danos materiais e morais?

c) é cabível a fixação de pensão mensal aos pais pelo falecimento de filho menor pertencente à família de baixa renda, mesmo que não haja prova de contribuição financeira efetiva da vítima? Indique o fundamento jurídico.

3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Em ação de cobrança, foi proferida sentença condenando o Estado do Amazonas ao pagamento de R\$ 80.000,00 em favor de Beatriz. Passado algum tempo após o trânsito em julgado, a credora Beatriz iniciou o cumprimento de sentença. O Estado, então, apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, alegando: (i) inexigibilidade do título, pois a sentença teria se fundado em interpretação de norma posteriormente declarada inconstitucional pelo STF em controle concentrado; e (ii) prescrição do direito de iniciar o cumprimento de sentença, pois teriam se passado 6 anos entre o trânsito em julgado e o início da execução.

Analise alegações do Estado, indicando se são admissíveis como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença e se procedem juridicamente, com fundamento no CPC/2015.

4. DIREITO TRIBUTÁRIO

Sobre as **imunidades tributárias**, disserte sobre:

a) o conceito e a natureza jurídica das imunidades, distinguindo-as das isenções;

b) a imunidade tributária recíproca, seus fundamentos, sua aplicação a autarquias e fundações e à empresa pública prestadora de serviço postal, conforme a Constituição Federal; e

c) os requisitos constitucionais e o entendimento do STF sobre a imunidade dos templos de qualquer culto, especialmente quanto ao alcance da expressão "templos";

5. DIREITO DO TRABALHO/PROCESSUAL DO TRABALHO

Considere a seguinte situação hipotética:

João foi empregado da empresa Alfa Serviços Terceirizados Ltda., de 10/01/2018 a 10/01/2020, exercendo a função de vigilante. Durante o contrato, prestou serviços em dois locais distintos: inicialmente, na Fundação Pública Estadual Hospital Adriano Jorge, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas; posteriormente, na Maternidade Maria Jorgina, hospital público municipal de Manaus.

Em 20/12/2021, João ajuizou reclamação trabalhista apenas contra a empresa Alfa, postulando verbas rescisórias, diferenças de FGTS, multas dos arts. 467 e 477 da CLT, horas extras e indenização por dano moral decorrente de alegada ausência de equipamentos adequados de proteção. A ação foi arquivada em 15/12/2022, por ausência injustificada do reclamante à audiência inaugural.

Em 20/12/2026, João ajuizou nova reclamação, com os mesmos pedidos, em face da empresa Alfa e da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, requerendo a citação do Secretário de Estado “para responder pelo órgão público tomador dos serviços”. Alegou que o Poder Público deveria responder subsidiariamente por todas as verbas inadimplidas pela prestadora, pois se beneficiou da mão de obra terceirizada e não demonstrou fiscalização suficiente do contrato.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

A Procuradoria do Estado recebe os autos para apresentação de contestação, por meio de ofício do Secretário Estadual.

Sobre a defesa a ser apresentada no caso acima, discorra **fundamentadamente** sobre:

- i. As questões processuais que devem ser alegadas preliminarmente.
- ii. Os principais fundamentos de incidência da prescrição.
- iii. Como se aplica o recente entendimento do STF sobre o ônus da prova para a responsabilização subsidiária da Administração.